

Propostas ao Congresso constituinte podem alterar mapa do Brasil

FOLHA DE SÃO PAULO
- 3 M 1987
JOVO MAPA DO BRASIL

uuc
PA
TADEU AFONSO
Enviado especial à Brasília



O mapa do Brasil poderá sofrer uma completa transformação com a promulgação da futura Constituição. Até agora, já foi proposta a criação de cinco novos Estados. Além disso, um dos constituintes, o deputado José Carlos Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco, quer a devolução ao seu Estado da antiga comarca do Rio São Francisco, transferida, em 1827, para a então província da Bahia. Isso significaria a anexação, por parte de Pernambuco, de toda a margem esquerda do rio São Francisco, até a divisa com Minas Gerais.

Se todas essas mudanças forem aprovadas, poderá haver disputa pela posse de territórios. Afinal, o deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) propôs a criação do Estado de Santa Cruz, no sul da Bahia. Não haveria nada de mais se parte desse território não estivesse sendo também reivindicado por Pernambuco, segundo a proposta de Vasconcelos. O território que ficaria em disputa entre Pernambuco e Santa Cruz seria o oeste deste segundo possível Estado, na divisa com Minas Gerais.

Além do Estado de Santa Cruz e da ampliação territorial de Pernambuco, os constituintes propõem a criação dos de Tapajós, Carajás, Tocantins e Triângulo Mineiro. Já o deputado Alvaro Valle (PL-RJ)

defendeu a realização de um plebiscito no Estado do Rio de Janeiro para saber se a população aprova a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, determinada pelo governo Geisel em 1974.

Defensor histórico da criação do Estado de Tocantins, que surgiria no norte de Goiás, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) diz que não vai poder apresentar agora projeto nesse sentido. Afinal, ele é o relator da subcomissão dos Estados e deverá dar parecer sobre as sugestões para a criação das novas unidades da Federação. No entanto, diz que já foram recolhidas mais de setenta mil assinaturas no norte de Goiás em favor de um projeto para a criação do novo Estado. Pelo regimento interno do Congresso constituinte, bastam as assinaturas de trinta mil eleitores para que um projeto seja examinado em plenário.

Tocantins

Siqueira afirma que Tocantins será viável economicamente. No ano passado, segundo ele, a região produziu 2,5 milhões de toneladas de grãos e conta com seis milhões de cabeças de gado. O novo Estado teria sessenta municípios e 1.100.00 habitantes. Três cidades poderiam ser a capital: Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

O novo Estado nasceria também rico em problemas. E no chamado Bico do Papagaio, no norte, que se localizam os mais numerosos e vio-

lentos conflitos pela posse de terras, segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Quem nasceria rico de verdade seria o Estado de Santa Cruz, no sul da Bahia, onde estão as maiores lavouras de cacau do Brasil. Teria uma população de 3.649.165 habitantes e uma área de 236.165 km2. Justificando seu projeto, o deputado Fernando Gomes lembra a fusão do Estado do Rio com a Guanabara e a criação dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de se queixar da falta de atenção do governo baiano para com o sul do Estado.

Santa Cruz poderá enfrentar, no entanto, disputas territoriais. Afinal, o deputado José Carlos Vasconcelos está reclamando a devolução da antiga comarca do Rio São Francisco a Pernambuco. Isso significa que a Bahia perderia todas as suas terras à margem esquerda do São Francisco, enquanto Pernambuco faria divisa com Minas. Ai é que está o problema. O oeste do Estado de Santa Cruz está incluído nas terras da comarca de São Francisco, que os pernambucanos reclamam.

Informado ontem desse possível conflito de divisas, Vasconcelos limitou-se a comentar: "Ué, eu não sabia disso. Você tem certeza?"

Já o Estado do Triângulo Mineiro é uma velha reivindicação dos políticos e da população da região. O relator da subcomissão dos Estados, Siquei-

ra Campos, disse na sexta-feira que a criação do Estado foi agora proposta pelos prefeitos da região, encabeçados pelo de Frutal. A região é rica em criação de gado. A proposta dos prefeitos não indica qual seria a capital do novo Estado.

Já dois outros Estados são mais um sonho do que uma realidade. O deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), disse, quinta-feira, que propôs a criação do Estado do Tapajós, que surgiria abrangendo vagamente todo o oeste do Pará, do rio Amazonas até a divisa com o Mato Grosso. Justificando sua proposta, queixou-se do descaso do governo paraense para com a região. No entanto, reconheceu que a proposta está crua. Afinal, ele ainda está discutindo a questão com prefeitos da região. A capital poderia ser Santarém. Segundo ele, Tapajós é rico em ouro e em pecuária.

Mais discreto, o deputado Davi Alves Silva (PDS-MA) propôs a criação do Estado de Carajás mediante o desmembramento de áreas de Goiás e Maranhão. A capital seria Imperatriz. Silva diz, em sua sugestão, que uma lei complementar deverá definir os limites da nova unidade da Federação.

Silva alega que a região fica distante de todos os grandes centros do país, recebendo um atendimento mínimo às suas necessidades de educação e saúde. O presidente José Sarney, que é maranhense, até agora não se manifestou sobre o assunto.